

BOXER; PORTUGUESE SOCIETY IN THE TROPICS

Da homenagem que uma universidade, nos Estados Unidos, presta a um norueguês de nascimento e americano de formação, nasceu um livro escrito por autor inglês, livro êste da maior importância para o conhecimento e a interpretação do desenvolvimento das relações políticas da metrópole portuguesa com as cidades-Capitais do seu império, ou sejam Goa, Macau, Bahia e Luanda. Afora a obra e seu valor, êste fato, realmente universitário por si mesmo, merece registro e relêvo.

Paul A. Knapland foi um dentre os milhões de europeus que se transferiram para o Novo Mundo nos primeiros vinte anos dêste século. Chegou aos Estados Unidos, já adulto (21 anos), em 1906, e transcorreu tôda a sua vida universitária em Wisconsin, onde já era Assistente de História em 1914 e onde morreu, em 1964, como Professor Emérito, título que lhe foi dado em 1955. A sua atividade de docente e de pesquisador esteve, particularmente, concentrada no campo dos acontecimentos do Império Britânico, no século passado. Foi êle um dos melhores historiadores da influência de Gladstone nos ministérios vitorianos. Todavia, no Departamento de História da Universidade de Wisconsin, o seu estímulo abriu possibilidades para o estudo de vários outros assuntos, especialmente aquêles ligados ao mundo ibérico. Com a sua morte, o Comparative Tropical History Committee daquela Universidade está, com justiça, homenageando-lhe a memória com uma série de cursos de extensão universitária, as "Paul Knapland Lectures". Foi aí que o

Professor Charles R. Boxer, da Universidade de Londres (King's College), pronunciou uma série de aulas agora reunidas em volume, sob o título *Portuguese society in the tropics — The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda — 1500-1800*.

A respeito do Professor Boxer, para os que estão no *métier* de História do Brasil, torna-se desnecessária qualquer referência de caráter biográfico; sobretudo para os da Bahia, de cuja Universidade já é êle, há algum tempo, Professor Honorário.

O livro, tal como já ocorreu em outros do mesmo autor, particularmente *Os holandeses no Brasil* (Brasiliana vol. 312) e *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola* (êste, infelizmente, ainda não traduzido para o português) tem, preliminarmente, a importância de equacionar um problema da nossa História em dimensão que abrange o contexto da problemática colonial portuguesa. Na verdade, êste alargamento das fronteiras da História do Brasil até o século XIX, tem tido no Professor Boxer o seu maior e mais erudito interessado.

O fato de inúmeros membros, de maior ou menor categoria do serviço oficial português, terem servido, alternadamente, na Bahia, na Índia e na África e a visão tanto quanto possível equidistante que, para tais lugares, tinham os órgãos centrais da administração, notadamente o Conselho Ultramarino, além da frequência de navios de um para outro pórtio do império, permutando não sômente mercadorias, mas também

gentes e hábitos, contribuiu para dar à nossa história colonial, um sentido bem mais ecumênico do que, à primeira vista, pareceria ter.

O livro recente do Professor Boxer é um atestado de tudo isto. Trata-se de uma análise comparativa do funcionamento dos Senados da Câmara: legislativos comunais em colônia de monarquia absoluta. Suas atribuições, suas relações com a coroa e seus mandatários e as peculiaridades que, não obstante as leis portuguesas, tiveram que assumir nas cidades em que funcionaram.

A respeito do Senado da Câmara da Bahia, temos já o trabalho de Afonso Rui (*História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador-Bahia*, 1953), usada, aliás, largamente, nas citações do Professor Boxer. Faltava-nos, todavia, uma visão de conjunto. Faltava-nos o quadro de que o fato balano é detalhe.

A preocupação do colonizador em refazer, na conquista, os figurinos legais da metrópole, é uma constante que se pode notar em enorme quantidade de episódios. Mesmo quando a transposição é descabida e, em alguns casos de aparatos e cerimônias, ridícula e insólita. A aculturação do genericamente social não corre em passo paralelo com a integração das instituições legais que, somente à custa de tempo e duras penas, vão tomando a feição do ambiente e das circunstâncias da sociedade em formação.

Os conselhos de comuna já eram, de há muito, existentes na Península, quando se instalaram no Brasil. Se bem que lá não tivessem maior relêvo e, talvez por isto, não despertassem ainda, maior gosto entre estudiosos para um trabalho histórico de maior profundidade, (*"Brazilian historians have been more active in this field"*, Boxer, cit. pág. 4). Acomodados em situações semifeudais e morgadias, os Senados da Câmara portugueses nunca se constituíram em maior problema político ou administrativo. No ultramar, porém, a ascensão social e eco-

nômica de filhos segundos de aventureiros e de degradados foi criando uma classe média urbana que deu, a tais legislativos, fisionomia bem diversa dos seus tranqüilos e praticamente inexistentes modelos metropolitanos que somente nas maiores cidades, v. gr. Lisboa, Pôrto e Évora, davam sinais de vida.

Aliás, do que ficou, em modêlo, dos Senados da Câmara dessas cidades para os similares nas colônias, há uma instituição que, neste comentário, vale ser ressaltada: são os *mesteres*, os *oficiais mecânicos* nos corpos de vereança. Lisboa, nos séculos XVI e XVII, ainda guardava muito das estruturas sociais da Idade Média e lá, o que hoje poderíamos chamar de representação classista no conselho da comuna, era o resultado da escolha feita na Casa dos Vinte-e-Quatro, centro de representação confederada dos *oficiais mecânicos*, uma guilda a que não faltava muito de identidade com a dos *"merchant steaplern"*, do Báltico medieval. Os *mesteres* nas Câmaras, tanto no Oriente como na Bahia — tema apaixonante — aparecem, no livro do Professor Boxer, muito bem estudados nos seus aspectos institucionais. Com os elementos que lá estão, abre-se uma fascinante estrada para uma análise mais específica e monográfica deste aspecto particular, na qual se poderá determinar uma possível raiz que explique, junto a outros fatos, a presença preeminente de um alferes dentista na conspiração mineira de 1789 e de alfaiates estruturando a República Bahiense de 1798, frustrada pela repressão das Justiças da Rainha Maria I.

Além dos *mesteres*, havia os vereadores de pelouro, escolhidos por um sistema de votação que estava longe de ter a simplicidade que tornasse possível a efetiva participação do povo no processo de escolha. A pragmática era, na colônia, um fôssco aberto entre a preocupação de manter a autoridade e os desejos de autonomia daqueles órgãos legislativos e, sob certos aspectos, judiciais. Na

Bahia, como em Goa, na Cidade do Nome de Deus, como em Luanda os critérios vinham ainda do “*Regimento dos officiaes das cidades villas e lugares destes Regnos*” editado em 1504, ainda mais complicado por abundantes e contraditórias instruções subseqüentes. A preocupação — talvez mais subconsciente do que determinada — de ostentar fumaças de fidalguia que desconheciam em Portugal, determinou, nos colonos (voluntários, degredados, soldados ou burocratas) uma posição de reserva, quando não de hostilidade, dos representantes da Coroa, não raro inconformados com tais franquias, que lhes pareciam escandalosas. Não era raro o caso de um degredado atingir a situação de importância social ou o de um mestiço lograr posição de destaque. De regra, a vereança. Não com a conformidade dos mais ciosos de puridades e prerrogativas a que não se poderiam, evidentemente, ater os que estavam mais diretamente responsáveis pela empresa da conquista e conservação da terra. Ainda no primeiro século, ainda no governo de Tomé de Souza, dizia, espantado, da Cidade do Salvador, o Ouvidor Pero Borges:

“... não há aqui homens para serem juizes ordinários nem vereadores e nestes officios metem os governadores degredados por culpa de muita infâmia e até desorelhados...”

Esta transformação social de aventureiros e deportados em respeitáveis “homens bons da governança” ocorria tanto em Goa, como na Bahia, como em Macau. Na cidade de São Francisco Xavier, assinala o Professor Boxer (op. cit. página 29):

“*These men had mostly come out as soldiers in the service of the Crown, and subsequently renounced a military career for the pleasures of matrimony and the profits of interport trade*”.

Quanto a Macau, o conhecido soneto descritivo que, da cidade, faz

Bocage, em 1789, dá bem a medida da importância dos vereadores:

Um govêrno sem mando, um Bispo
[tal

De freiras virtuosas um covil
Três conventos de frades, cinco mil
Nhon's e chinas cristãos, que obram
[mui mal

Uma Sé que hoje existe tal e qual
Catorze prebendados sem ceitil
Muita pobreza, muita mulher vil
Cem portuguezes, tudo em um curral

Seis fortes, cem soldados, um tam-
[bor.
Três freguesias cujo ornato é pau
Um Vigário Geral sem Promotor

Dois Colégios, um dêles muito mau
Um Senado que a tudo é superior
É quanto Portugal tem em Macau.

Aqui na Bahia a sátira aos vereadores já vinha do século XVII. Não os poupou Gregório de Matos em seus motejos:

Sai um nobrete ãe Cristo
De Portugal ou do Algarve
Cheio de drogas alheias
Para daí tirar gages

.....
Vendendo gatos por lebres
Antes que quatro anos passem
Já tem tantos mil cruzados
Conforme afirmam pasquates.

.....
Começam a olhar para êle
Os pais que já querem dar-lhe
Filha e dote, porque querem
Homem que coma e não gaste.

.....
Casa-se o meu matachin,
Põe duas negras e um pagem
Uma rêde com dois minas
Chapéu de sol, casas grandes.

*Entra logo nos pelouros
E sai no primeiro lance
Vereador da Bahia
Que é notável dignidade.*

Se poetas satíricos não poupavam aos que ascendiam socialmente na Colônia, mais inconformados ainda eram os que, nobres em Portugal, por mais importante que fôsse o seu cargo, sempre se sentiam em desterro, ansiosos por um retôrno à ociosidade dos paços de Lisboa. E não desprezavam momentos para externar este conceito, tal como o conde de Assumar que dizia que, nesta terra “até os chamados grandes quase todos foram criados no leite da servidão”.

Tanto estavam — Coroa e prepositos — interessados em enfraquecer a imagem de autoridade e independência que os Senados da Câmara conseguiram formar em algumas cidades do império português que, através disposições legais e ações de violência, foram, a pouco e pouco, restringindo as prerrogativas. Por Carta de 3 de março de 1692, determinava o Rei que os Officiais da Câmara não dispendessem a sua renda senão depois de autorizados pelo Governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Cortinho que gostosamente respondia: “No que todas as rendas da Câmara se observará como Vossa Majestade Manda”. (*Docs. Hist. da Bibl. Nac. XXXIV* — pags. 5-7). De tais interferências à nomeação direta dos vereadores foi um passo e, em 27 de abril de 1697, extinto o regime de pelouros, tomaram posse os primeiros vereadores, por “provisão passada em nome del-rei”. De enfraquecimento em enfraquecimento, foram os vereadores até a suprema humilhação de 1737, quando foram cassados e presos por ordem de D. João V, por entrarem em querela com os Jesuítas e o Vice-Rei Conde das Galveas. Os termos com que o Rei manda que se apliquem as sanções dão bem a medida da extensão do Poder absoluto e do desprestígio em que andavam os vereadores na Côrte.

“E porque todos estes absurdos são notôriamente indesculpáveis, porque nem o Senado tem jurisdição alguma nas obras da marinha, nem, ainda que a tivesse, podia embarçar esta, que se fazia em execução de uma Resolução minha, e por ordem vossa, à qual deviam ter os mesmos Officiais tôda a veneração, e respeito, e com a mesma representar-vos, o que se lhes offerecesse, no caso de considerarem algum inconveniente na sua execução, e quando lhes não deferissem com justiça (o que não deviam esperar da inteireza com que costumais obrar) só lhes era lícito recorrer a mim, e não disputar convosco jurisdição e muito menos atreverem-se a encontrar os vossos despachos, com procedimentos violentos e de facto, pretendendo interessar nêles o povo que, com a sua sinceridade e simples resposta fez ver manifestadamente quanto era frívolo e afetado o pretexto público com que procuraram justificar os ditos officiais o seu procedimento: portanto vos ordeno que achando-se estes ainda servindo no Senado, os deponeis dos seus cargos para os quais não poderão mais ser nomeados, e os mandeis prender debaixo de chaves, até outra Ordem minha e procedendo-se a outra eleição, chamareis a vossa presença os eleitos e lhes declarareis o referido para que constando-lhes quanto me foram desagradáveis os desacertos dos seus antecessores procurem emendá-los como dêles espero e respeitar as minhas ordens e as vossas. (Acioli — Amal. Mem. Hist. vol 2 — págs. 175-176).

Positivamente, estavam longe e perdidos os dias da Restauração em que o Senado da Câmara pôde pleitear e obter para a Cidade do Salvador, em recompensa da adesão à causa do novo rei João IV, os privi-

légios e franquias dos moradores da Cidade do Pôrto.

Lutas e querelas, períodos de fustigação e épocas de decadência, abandonos e ajudas, na Bahia, como em Goa, em Macau como em Luanda aparecem retratados com fidelidade de verdadeiro historiador no livro do Professor Boxer. É obra que já nasce definitiva e de indispensável presença na bibliografia brasileira.

Cid Teixeira

O REINO DO CONGO

BALANDIER, — Georges — *La vie quotidienne au Royaume de Kongo du XVIe au XVIIIe siècle*, Paris, Hachette, 1965, 286 p., 1 mapa.

Georges Balandier, autor de *Sociologie Actuelle de l'Afrique Noire*, *Afrique Ambigüe*, *Les pays en voie de développement*, acaba de publicar outro livro, intitulado *La vie quotidienne au Royaume de Kongo du XVI au XVIII siècle*.

Trata-se de uma obra de caráter histórico e sociológico. Pode parecer muita especialização, tratar-se da vida quotidiana em um reino africano entre os séculos XVI e XVIII, porém, levando-se em conta a atualidade do problema africano, o interesse que a História da África tem despertado nos meios especializados, justifica-se a publicação e acatamento de um estudo desse tipo.

O Autor procura, com o auxílio da História e da Sociologia, expor os acontecimentos que se desenrolaram no reino africano, à luz de uma análise sociológica, estudando os mecanismos sociais que promoveram o desenrolar de tais fatos. Procura também fazer uma revisão crítica das fontes escritas, uma revisão científica dos fatos mencionados, usando para isso o auxílio de documentos paralelos, escritos por viajantes e missionários e o conhecimento de fatos da história portuguesa.

Inicialmente, o Autor esclarece o método a seguir: elucidar as informações antigas pelo conhecimento da História e da Sociologia atual. Não se trata propriamente de uma

obra de historiador, pois não procura estabelecer uma cronologia no sentido exato da palavra, nem fazer o levantamento dos fatos com datação precisa. Ele procura, sim, reconstituir a imagem de uma sociedade e de uma civilização e estudar as conseqüências deixadas pelos contactos entre ela e as civilizações europeias de formação diferente.

A 1.^a parte do livro procura dar uma idéia da história do reino, sua formação, chegada dos portugueses e declínio. A origem do nome "Kongo" é desconhecida, sendo que os decifradores divergem nas suas opiniões. Talvez venha do termo "Kongon" — país da pantera, ou de Nkongo — o nome de um caçador famoso.

Da mesma forma, torna-se difícil apresentar-se, com precisão, as origens do reino. O fundador, talvez um herói, chefe militar ou civilizador, parece ter sido Ntinu Wéne, que, chegando à região montanhosa de Mayombé, uniu-se ao grupo autóctone aí encontrado, e lançou as bases do novo reino. Pouco a pouco os domínios foram estendidos em tôdas as direções. Foi o soberano que simbolizou a excelência do poder, que era ao mesmo tempo brutal e dominador, justiceiro e conciliador. Organizou o reino, ensinou ao seu povo a técnica da agricultura e da metalurgia do ferro.

Com êsse reino organizado, politizado e vasto, foi que, em 1842, os portugueses entraram em contacto. Inicialmente essas relações foram amistosas, chegando quase ao fraternal. Eram dois Estados soberanos e aliados que entravam em contacto. Foram trocados presentes e embaixadas, missionários portugueses foram enviados para o Kongo. O rei, Nzinga a Nkuwu, aceitou o Cristianismo e fêz-se batizar em 1941, tomando o nome de João I, em homenagem ao rei de Portugal. A rainha também batizou-se e recebeu o nome de Eleonora. Foram tomadas providências para a construção de igrejas, sendo a primeira construída na Capital do reino, Mbanza Kongo.

Os notáveis do reino também adotaram o Cristianismo e a estrutura do reino passou a ser fortemente influenciada pelos portugueses, adotando os nobres títulos como duque, conde e marquês.

Com o passar do tempo, porém, as divergências começaram a aparecer. Eram os choques entre “tradicionalistas”, fiéis aos costumes e religião locais, e os “modernistas” cristãos que renegavam seus usos tradicionais; era a intolerância, deficiência e má orientação dos missionários, incapazes de compreender as dificuldades de assimilação da nova religião e a organização social diferente; era o interesse dos comerciantes; era a tutela do rei de Portugal sobre o Kongo, passando a tratá-lo antes como vassalo, que como igual.

Durante o reinado de Afonso I, a situação foi contornada pela autoridade e diplomacia do rei. Apesar das dificuldades com os portugueses ocupantes, com o tráfico escravo que se afirmava, o reinado de Afonso I (séc. XVI) foi uma época propícia à ocupação portuguesa. Depois de sua morte, sucede uma época de intranquilidade, quando mais e mais se afirma a posição de “tutor” por parte de Portugal, ante a inquietação dos reis do Kongo, procurando ainda afirmar-se como chefes soberanos.

Podemos notar essa tentativa de “libertação” da tutela portuguesa, quando vários reis do Kongo procuravam entrar em contacto directo com a Santa Sé, dispensando a mediação portuguesa. E também notamos as medidas para submeter o reino, quando reis de Portugal recusam atender a pedidos de “assistência técnica” (ferreiros principalmente), para evitar qualquer desobediência da parte dos reis do Kongo. Essa é uma prática que seria frequentemente usada mais tarde, pelo colonialismo, evitando a independência económica do país dominado, para melhor submetê-lo e explorá-lo.

A partir da segunda metade do século XVI (1560 em diante), a história do reino do Kongo é uma sucessão de lutas entre os nobres, para alcançar o poder, intrigas entre reis e missionários, pressão económica por parte dos comerciantes portugueses, ávidos de domínio económico. Acrescentem-se a isso as lutas com povos vizinhos rivais, e teremos uma visão dos últimos anos do reino do Kongo, quando a decadência acentuou-se dia a dia, finalizando com a derrocada total.

Como já foi dito, a obra de Balandier não é própria e unicamente a de um historiador. Resulta também de um estudo sociológico e etnológico. E isso podemos constatar nas outras duas partes que compõem o livro. Nelas, o autor procura apresentar todos os aspectos possíveis da vida quotidiana dos habitantes do reino do Kongo; trata sobre a agricultura e técnicas de trabalho; fontes de alimentação do povo; importância da metalurgia do ferro na organização social; comunicações e economia; aparência e organização das cidades; os sistemas que aproximavam as famílias; a estratificação social; as ciências, artes, religião e crenças.

Todo esse trabalho traz uma característica própria. Em lugar de uma análise puramente etno-sociológica, Balandier situa o trabalho dentro de um período determinado: da organização do reino à sua decadência, procurando seguir o desenvolvimento da vida quotidiana do reino, paralelamente ao desenrolar de sua história. Esse estudo nos dá uma ideia nítida de como houve um processo de aculturação no reino do Kongo, não apenas no aspecto religioso, mas também no cultural e material.

É esse reino do Kongo que G. Balandier nos apresenta, fazendo-nos saber que, ao lado dos conhecidos reinos de Gana, Mali, Monomotapa e Beénim, ele também desempenha papel importante, e é tão africano quanto aqueles, apesar de “cristão”.

Marli G. Teixeira